DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 13836/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/10437/2015
PROTOCOLO	: 1609458
ÓRGÃO	: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO/MS
JURISDICIONADO	: CARLOS ALBERTO DE ASSIS
CARGO DO JURISDICIONADO	: SECRETÁRIO ESTADUAL
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONCESSÃO DE REFORMA
ÓRGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
INTERESSADO	: MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS

EMENTA: REFORMA *EX-OFFÍCIO*, PARA A INATIVIDADE – CARGO: CABO PM RR– ATENDIDOS OS REQUISITOS LEGAIS E REGIMENTAIS – ATINGIDA A IDADE LIMITE DE PERMANÊNCIA NA RESERVA REMUNERADA, NA FORMA DOS ARTIGOS 94 E 95, I, "a" DA LEI COMPLEMENTAR Nº 53/90 – REGISTRO.

O processo em epígrafe se refere à concessão de Reforma *ex-offício* para a inatividade ao servidor Mário Ferreira dos Santos, CPF nº 706.357.068-49, matrícula nº 100492022, titular do cargo efetivo de Cabo da Polícia Militar na Reserva Remunerada, outorgada pelo Estado de Mato Grosso do Sul.

A Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal se manifestou através da análise ANA - ICEAP - 19744/2016 (peça 02) pelo Registro da presente Reforma.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados e por meio do parecer PAR - 2ª PRC - 7194/2017 (peça 03) opinou pelo registro do ato de pessoal em apreço, tendo em vista que foram cumpridas as exigências preconizadas nas normas constitucionais, legais e regimentais pertinentes.

Esta é a síntese dos fatos e documentos que constituem o processo.

Verifico que foram cumpridos os pressupostos processuais e regularmente instruídos os autos, nos termos do artigo 112, parágrafo único, II, "b", da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O mérito da questão repousa sobre o exame do ato de Reforma, *ex-offício*, para a inatividade do servidor supracitado, amparado nos artigos 94 e 95, I, "a" da Lei Complementar nº 53, de 30 de agosto de 1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 123, de 20 de dezembro de 2007.

De acordo com os documentos constantes dos autos, o interessado completou 60 (sessenta) anos de idade na data de 07 de março de 2015 (peça 01- pág. 17-18), atingindo, portanto, a idade limite de permanência para praças, nos termos da legislação supracitada.

Após manifestação da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul (peça 01-pág. 20), o ato concessório foi formalizado pelo Governo do Estado através do Decreto "P" nº 2.428, de 25 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial nº 8.933, de 03 de junho de 2015 (peça 01-pág. 22).

Ao analisar os autos, a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal sugeriu o registro do ato ora apreciado, nos seguintes termos, *in verbis*:

> *Analisando os autos, constatamos que seus elementos constitutivos estão em consonância com o exigido no Anexo I, Capítulo II, Seção II, item 3, da Instrução Normativa TC/MS nº 35, de 14.12.2011, alterada pela Instrução Normativa TC/MS nº 38, de 28.11.12.*
>
> (...)
>
> *O direito que ampara a Reforma está previsto no art. 94 e art. 95, inciso I, alínea "c", ambos da Lei complementar nº 53, de 30.08.1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 123, de 20.12.2007, a qual foi concedida por meio do Decreto "P" nº 2.428, publicado no Diário nº 8.933, de 03.06.2015, pág. 21.*
>
> (...)
>
> *Face ao exposto, esta Inspetoria conclui a instrução processual sugerindo o Registro da presente Reforma.*

O douto Ministério Público de contas adota a mesma linha de entendimento e exara o r. Parecer opinando pela legalidade e regularidade de todo o processado com o consequente registro do ato em apreço, nos seguintes termos, *in verbis*:

> *Pelo exame do feito, denota-se que foram cumpridas as exigências preconizadas nas normas constitucionais, legais e regimentais desta Corte, razão pela qual este Ministério Público de Contas, acompanhando o entendimento técnico supra e com fulcro no inciso I, artigo 18 c/c o inciso II, artigo 34, ambos da Lei Complementar Estadual sob o n. 160/2012, pronuncia-se pelo registro do ato de pessoal em apreço.*

Diante do exposto, nos termos do artigo 21, III e artigo 34, II, da Lei Complementar nº 160, de 02 de janeiro de 2012, c/c o artigo 10, I, artigo 70 e artigo 173, I, "b", da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013, acolho a manifestação do Corpo Técnico e o r. Parecer do Ministério Público de Contas e **decido**:

1 - Pelo **registro** do Ato de Reforma, *ex-offício,* para a inatividade, com fundamento nos artigos 94 e 95, I, "a" da Lei Complementar nº 53, de 30 de agosto de 1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 123, de 20 de dezembro de 2007, relativamente ao servidor abaixo relacionado:

SERVIDOR	CARGO
Mário Ferreira dos Santos CPF nº 706.357.068-49 Matrícula nº 100492022 Processo de Reforma nº 31/300853/2015	Cabo da Polícia Militar RR

2 – Pelo **retorno** à Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal para a adoção das providências preconizadas, nos termos do artigo 174, § 2º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

É a decisão.

Publique-se nos termos do artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160, de 02 de Janeiro de 2012, combinado com o artigo 70, § 2º, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013.

Campo Grande/MS, 26 de setembro de 2017.

IRAN COELHO DAS NEVES

Conselheiro-Relator